

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso XXXII, "a", do Regimento Interno desta Casa, e tendo em vista o que consta do PAE nº 5.027/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, com fundamento no art. 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução TSE nº 23.448, de 22/09/2015, c/c art. 15, § 4º, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, o servidor SHACKLETON EMANUEL ARAÚJO ELISEU, ocupante do cargo de Assistente Técnico Administrativo, matrícula nº 01590987, pertencente ao Quadro do Ministério da Fazenda, requisitado para este Tribunal, para exercer a Função Comissionada – FC.1 de Assistente I da 33ª Zona Eleitoral – Mossoró/RN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Natal, 30 de julho de 2020.

Desembargador Glauber Antônio Nunes Rêgo

Presidente

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

ATOS DA CORREGEDORIA

PROVIMENTOS

PROVIMENTO Nº 04, DE 31 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre as comunicações de óbitos, suspensão e/ou restabelecimento de direitos políticos, bem como respectivas consultas, por meio eletrônico, mediante a utilização do Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos - INFODIP.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Cornélio Alves de Azevedo Neto, Corregedor Regional Eleitoral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22, inciso II, da Resolução nº 09/2012 - Regimento Interno do TRE/RN; pelos incisos II e X do art. 8º da Resolução nº 7.651/1965-TSE; pelo art. 88 da Resolução nº 21.538/2003-TSE e pela Lei nº 11.419/2006.

CONSIDERANDO a Resolução TSE nº 21.538/2003, que *dispõe sobre o alistamento e serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, a regularização de situação de eleitor, a administração e a manutenção do cadastro eleitoral, o sistema de alistamento eleitoral, a revisão do eleitorado e a fiscalização dos partidos políticos, entre outros;*

CONSIDERANDO o Provimento CGE nº 18, de 13 de dezembro de 2011, que regulamenta a utilização da Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos;

CONSIDERANDO a importância de imprimir maior celeridade e segurança à tramitação das comunicações de óbitos, suspensão e/ou restabelecimento de direitos políticos, bem como acesso para consulta a estas informações,

RESOLVE:

Art. 1º As comunicações de óbitos, suspensão e/ou restabelecimento de direitos políticos, bem como as respectivas consultas, dar-se-ão, exclusivamente, por meio eletrônico, mediante utilização do Sistema INFODIP, observando-se o disposto neste Provimento.

Art. 2º O Sistema INFODIP poderá ser acessado:

I – Pela Corregedoria Regional Eleitoral (CRE), por meio da Coordenadoria de Direitos Políticos e Cadastro Eleitoral (CDCE), da Seção de Fiscalização e Atualização do Cadastro Eleitoral (SFAC/CDCE/CRE) e da Seção de Direitos Políticos e Suporte às Zonas Eleitorais (SDPS/CDCE/CRE), mediante perfil "Corregedoria";

II – Pelas Zonas Eleitorais do Estado, mediante perfil "Zona Eleitoral";

III – Pelos órgãos responsáveis pelo encaminhamento das comunicações, doravante denominados "órgãos comunicantes", mediante perfil "Órgão Comunicante"; e

IV – Pelo Ministério Público Eleitoral (MPE), exclusivamente para consulta, mediante perfil "Órgão Comunicante".

Art. 3º O cadastramento de que tratam os incisos I e II do Art. 2º será efetuado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), mediante solicitação do titular da unidade.

Art. 4º O cadastramento dos órgãos e dos usuários de que tratam os incisos III e IV do Art. 2º é de competência da zona eleitoral em que estiver localizado o órgão comunicante ou na qual atuar o Ministério Público Eleitoral.

§ 1º Nos municípios cuja circunscrição abranja mais de uma zona eleitoral, o cadastramento será realizado pela zona mais antiga.

§ 2º É de competência da Corregedoria Regional Eleitoral - CRE o cadastramento dos usuários e órgãos comunicantes com sede fora do Estado do Rio Grande do Norte, bem como das unidades militares de que trata o art. 7º deste Provimento e da Procuradoria Regional Eleitoral (PRE).

§ 3º O responsável pelo órgão comunicante, o Promotor Eleitoral e o Procurador Regional Eleitoral informarão, por meio de formulário próprio (Anexos I e II), a ser encaminhado à CRE ou à respectiva zona eleitoral, os dados para cadastramento dos usuários por ele indicados, em número máximo de 10 (dez).

§ 4º A habilitação de acesso ao Sistema INFODIP será individualizada, por meio de usuário e senha intransferíveis, em cumprimento às exigências previstas no art. 1º, § 2º, III, alínea "b", da Lei nº 11.419/2006.

§ 5º O nome do usuário corresponderá ao e-mail pessoal, preferencialmente de natureza funcional, não se admitindo o de utilização comum pelo setor ou unidade.

§ 6º As senhas de acesso ao Sistema INFODIP pelos órgãos comunicantes habilitados à operação, expirarão, automaticamente, a cada 2 (dois) anos, devendo o responsável pelo órgão solicitar à unidade competente, por meio de formulário próprio (Anexo I), a sua renovação.

§ 7º As senhas de acesso ao Sistema INFODIP, pelos representantes do Ministério Público Eleitoral, expirarão, automaticamente, ao final do biênio, conforme indicado no formulário próprio (Anexo II), podendo ser renovadas, mediante solicitação à unidade competente, também por meio de formulário próprio (Anexo II), sempre que houver recondução.

§ 8º Quando a atuação do Ministério Público Eleitoral for por tempo indeterminado, observar-se-á o disposto no § 6º.

Art. 5º Nas situações de suspensão de direitos políticos, observar-se-á:

I - Havendo mais de uma pessoa condenada em um mesmo processo, a comunicação deverá ser efetuada individualmente;

II - Na ocorrência de condenação ou de extinção de punibilidade relativa a dois ou mais processos para a mesma pessoa, deverá ser efetuada uma comunicação individualizada para cada um deles.

Art. 6º As decisões relativas à suspensão de direitos políticos serão comunicadas ao Juízo Eleitoral pelos escrivães, diretores e/ou serventuários da justiça.

Art. 7º As unidades militares do Exército, Marinha e Aeronáutica providenciarão as comunicações com informações referentes ao início e término do serviço militar obrigatório, para suspensão/restabelecimento das inscrições dos conscritos (CF, art. 14, §2º).

Art. 8º Os oficiais de Registro Civil, sob as penas do art. 293 do Código Eleitoral, comunicarão, até o dia 15 de cada mês, os óbitos dos cidadãos alistáveis, ocorridos no mês anterior, para cancelamento das inscrições (CE, art. 71, § 3º).

Parágrafo único. Não havendo registro de óbito no período, fica dispensada a referida comunicação.

Art. 9º O cartório eleitoral deverá verificar, diariamente, a existência de comunicações de óbitos, suspensão e/ou restabelecimento de direitos políticos encaminhados via Sistema INFODIP.

§ 1º Recebida a comunicação e identificado o eleitor no Cadastro Eleitoral, com dados correspondentes aos informados, após análise, o cartório eleitoral deverá proceder ao registro do código de ASE (Atualização da Situação do Eleitor), com motivo/forma e complemento respectivo, de acordo com as instruções do Manual de ASE da Corregedoria Geral da Justiça Eleitoral – CGE, exceto nas hipóteses em que o Sistema INFODIP efetuar o lançamento do ASE de forma automática.

§ 2º Nas hipóteses em que estiver fechado o Cadastro Eleitoral, não sendo possível o registro do código de ASE de forma automática, quando couber, este deverá ser lançado manualmente, ainda que não haja reflexo imediato na situação do eleitor, sendo promovida a sua anotação no caderno de votação, se for o caso.

§ 3º Identificado o eleitor que pertença a outra zona eleitoral do Rio Grande do Norte, o cartório deverá remeter-lhe a comunicação, por meio do próprio Sistema INFODIP.

§ 4º As comunicações recebidas, que careçam de complementação, retificação e/ou confirmação de dados, serão devolvidas ao órgão comunicante, sendo destacadas as incongruências detectadas, de modo a dirimir dúvidas, garantindo o registro de modo fidedigno.

§ 5º As comunicações recebidas de outras unidades da federação ou apresentadas pelo próprio eleitor deverão ser inseridas e processadas no Sistema INFODIP.

Art. 10. O cartório eleitoral deverá encaminhar a comunicação à CRE, por meio do Sistema INFODIP, sempre que verificar que a pessoa a que se refere:

I - não é eleitora, mas possui restrição dos direitos políticos, nas hipóteses previstas na Constituição Federal,

com impedimento ao alistamento eleitoral em decorrência da prestação do serviço militar obrigatório (conscrição) e em todas as situações envolvendo perda ou suspensão de direitos políticos e que se enquadram, portanto, nas hipóteses previstas para registro na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos (Provimento CGE nº 18/2011);

II - é eleitora vinculada à zona eleitoral pertencente a outra unidade da Federação;

III - possui restrição dos direitos políticos, nas hipóteses previstas na Constituição Federal, e com impedimento ao alistamento eleitoral em decorrência da prestação do serviço militar obrigatório (conscrição), em todas as situações envolvendo perda de direitos políticos e nas relativas à suspensão sempre que não for possível o registro da informação no histórico da inscrição eleitoral, para que seja efetuado o registro na Base de Perda e Suspensão (Provimento CGE nº 18/2011).

§ 1º Informações a respeito de reaquisição ou restabelecimento de direitos políticos ou de revogação de restrição anteriormente decretada, relativas a situações de perda ou suspensão que não tenham sido objeto de oportuno registro na base ou no histórico da inscrição, também deverão ser encaminhadas à CRE, porém não serão anotadas na Base de Perda e Suspensão, exceto quando se tratar condenação criminal relativa às hipóteses previstas no art. 1º, I, e, da Lei Complementar nº 64/90, mesmo que já extinta a punibilidade, quando referente a pessoa sem inscrição eleitoral e, ainda, no decurso do prazo da inelegibilidade a que se refere o mencionado dispositivo, devendo o registro figurar como inativo (Provimento CGE nº 18/2011).

§ 2º No caso das comunicações de óbitos, esgotados todos os meios de pesquisa sem a identificação da inscrição eleitoral do falecido, a comunicação deverá ser arquivada na respectiva zona eleitoral (Provimento nº 5/2014 - CRE/RN, art. 9º).

Art. 11. Serão arquivadas as comunicações de que trata o art. 9º, § 4º, na hipótese de, decorrido 1 (um) ano da solicitação de complementação, retificação e/ou confirmação de dados, tendo sido efetuadas, no mínimo, 3 (três) contatos com o órgão comunicante, sem que se tenha obtido o retorno com as informações requeridas.

Parágrafo único. Deverão ser registradas, no campo apropriado do Sistema INFODIP, as informações acerca dos contatos realizados, identificando-se quem os efetuou, em que datas, por quais meios e outros detalhes que o servidor responsável pelo arquivamento julgar relevantes.

Art. 12. A condenação por crime eleitoral, transitada em julgado, decretada em processo da própria zona eleitoral, deverá ser inserida no INFODIP e, na sequência, registrado o código ASE 337, motivo 8 (Suspensão de direitos políticos - condenação criminal eleitoral), no Cadastro Eleitoral.

Art. 13. A suspensão de direitos políticos por condenação criminal transitada em julgado será registrada para as hipóteses em que haja a aplicação de pena privativa de liberdade, restritiva de direitos ou pecuniária.

Parágrafo único. A concessão do benefício da suspensão condicional da pena (sursis) ou da liberdade condicional não afastam a suspensão dos direitos políticos.

Art. 14. Os casos de transação penal, nos termos do artigo 76, da Lei nº 9.099/95, e de suspensão condicional do processo, nos termos do artigo 89 da Lei nº 9.099/95, e do art. 366 do Código de Processo Penal, não implicam suspensão dos direitos políticos, não sendo devidas as respectivas comunicações.

Art. 15. A comunicação relativa a restabelecimento de direitos políticos, cuja suspensão não tenha sido registrada no histórico da inscrição, caso se verifique a existência de inelegibilidade ainda em curso, independentemente de anotação dos códigos de ASE 337 (Suspensão de direitos políticos) e de ASE 370 (Cessação do impedimento - suspensão), deverá ter o código de ASE 540 (Ocorrência a ser examinada em pedido de registro de candidatura) anotado (Fax-Circular nº 20/2003-CGE).

Art. 16. Por ocasião da regularização de inscrição suspensa, decorrente de condenação pela prática dos crimes relacionados no art. 1º, I, e, da Lei Complementar 64/90, o cartório registrará a extinção de punibilidade no cadastro do eleitor, por meio do código de ASE 370 (Cessação do impedimento – suspensão) e, em seguida, registrará a inelegibilidade mediante comando do código de ASE 540 (Inelegibilidade), desde que dentro do prazo da inelegibilidade a que se refere o mencionado dispositivo, ainda que não esteja registrado o "motivo/forma" 7 (Condenação criminal – LC 64/90 – art. 1º, I, "e") para a suspensão anotada (Fax-Circular nº 20/2003-CGE).

Art. 17. Terão acesso à base de dados do Sistema INFODIP, no âmbito do Rio Grande do Norte, todos os perfis de que tratam os incisos I a IV do art. 3º.

Parágrafo único. Na interpretação das informações constantes no Sistema INFODIP, há que se considerar, conjuntamente, as disposições contidas neste provimento.

Art. 18. O uso do INFODIP será fiscalizado pela CRE e pelas zonas eleitorais, no âmbito das respectivas competências.

Art. 19. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Corregedor(a) Regional Eleitoral.

Art. 20. Fica revogado o Provimento CRE/RN nº 14, de 6 de junho de 2017 e disposições em contrário.

Art. 21. Este provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Comunique-se.

Natal, 31 de julho de 2020.

Desembargador Cornélio Alves
Corregedor Regional Eleitoral

GABINETE DOS JUÍZES

GABINETE DO JUIZ CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

DECISÕES E DESPACHOS

Processo 0600010-61.2020.6.20.0023

RECURSO ELEITORAL (11548) nº 0600010-61.2020.6.20.0023

PROCEDÊNCIA: Timbaúba dos Batistas/RN

RECORRENTE: ABNER DE LIMA MONTEIRO

Advogado do(a) RECORRENTE: IVANILTON FERNANDES ARAUJO DE ALBUQUERQUE - RN13128

RELATOR: JUIZ FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA